

Capítulo 15

Sexualidade, afetividade, deficiência e inclusão: novos (?) olhares

Fátima Elisabeth Denari

Na natureza, não há algo tão genuíno quanto o ser humano na diversidade. A diversidade nos referencia a cada um, como um ser original e por isto mesmo, em sociedade, formamos grupos diferentes, apresentamos motivações diferentes, temos opiniões e entendimentos diferentes. Como nos ensinam Coll, Marchesi e Palacios (2004, p.VII), “A princípio, não há como discordar da constatação de que não é possível dar uma resposta aos alunos com necessidades educativas especiais, se não se levar em conta, a enorme diversidade – cultural, social e pessoal”.

Neste sentido, há que se entender a sexualidade como marca de desenvolvimento harmonioso de todas as pessoas, reconhecendo a importância da comunicação e do envolvimento afetivo na vivência da sexualidade; valorizar as diferentes formas de expressar a sexualidade; fomentar o respeito pelo/a outro/a quaisquer que sejam as suas características físicas ou a sua orientação sexual e, especialmente, respeitar a diferença e o direito a ser diferente são questões que sempre permearam a existência humana.

A sexualidade é uma fonte de prazer, saúde, bem estar e satisfação que vivida satisfatoriamente é também uma fonte de compreensão com os demais, bem como, eliminação de tensões e rigidez. Portanto, é um princípio de harmonia e equilíbrio que gera nas pessoas, atitudes positivas ante si mesmas e ante os demais.

A sexualidade é um fator integrante da personalidade do homem que juntamente com outras facetas, tais como: sociabilização, emotividade, in/extroversão, adaptabilidade, interesse, (con)forma esse



Relacionamentos amorosos: o antes, o durante... e o depois

todo que é o homem. Pode-se perceber uma mudança nas atitudes frente a sexualidade e sua expressão, parece existir uma maior tolerância ante as diferentes tendências sexuais, ao menos, quanto à intenção de torná-las públicas, em respeito à diversidade e melhor compreensão das necessidades sexuais pessoais.

A despeito disto, em relação às Pessoas em Condição de Deficiências (PCD), no que tange à sexualidade, poucos se aventuram ao envolvimento com esta reflexão por fatores diversos, desde a não aceitação de estas como SER de direitos, negando-lhes, pois, a condição de PESSOA, passando por (des)informações controversas que imputam às PCD uma eterna infantilidade ou um poder demoníaco; outros, vinculam aos estereótipos de beleza/feiúra e perfeição/imperfeição do corpo que imperam atualmente na sociedade. Estas características, por sua vez, encontram ainda forte respaldo nas mídias e no cinema, muito embora também apareçam, de maneira tímida, manifestações artísticas extremamente positivas envolvendo PCD, por exemplo, a recentíssima e premiada produção nacional “Colegas”. Não obstante, confirma-se, na maioria das vezes, a crença do senso comum de que ao lado da dificuldade de se falar sobre temas tão delicados, as PCD, e neste caso, em condição de deficiência intelectual, não entenderão, nem serão capazes de decidir, de agir de acordo com padrões morais, de se educar sexualmente. Diria, de se submeter, sem qualquer possibilidade de desculpas ou defesas, a estes mesmos padrões que, quando relativos às pessoas comuns, são passíveis de flexibilidade mais intensa.

Em consequência, tornam-se vítimas potenciais de abuso, de violência, de maus tratos, de desconsideração, de abandono... Ora, não incidiria justamente sobre tais pontos, a necessidade de se proceder a esclarecimentos típicos de orientação sexual no sentido de respeitar a máxima de que a manifestação da sexualidade pode aflorar em todas as faixas etárias, independentemente da condição de normalidade/deficiência? Para tanto, há que se sensibilizar profissionais de saúde e educação, propondo uma reflexão crítica sobre os mitos que cercam a questão da afetividade e da sexualidade de PCD.

Entendo ser indispensável aqui, traçar algumas considerações a respeito da variabilidade semântica quase sempre derivada mais de



Capítulo 15 - Sexualidade, afetividade, deficiência e inclusão: novos...

traduções discutíveis do que propriamente da riqueza linguística que permeia o entendimento da deficiência. Tentando preservar tais entendimentos e inspirada no referencial proposto por Amaral (1994), ousou reproduzir aqui um conjunto de informações que certamente exercem diferentes efeitos sobre as formas de entender as PCD.

Quadro I. Entendimentos sobre deficiência, incapacidade e desvantagem

DEFICIÊNCIA (Impairment)	INCAPACIDADE (Disability)	DESVANTAGEM (Handicap)
Relativa a toda alteração do corpo ou aparência física, de um órgão ou de uma função (perdas ou alterações temporárias ou permanentes), qualquer que seja sua causa. Em princípio a deficiência significa perturbação no nível orgânico.	Reflete consequências das deficiências em termos de desempenho e atividades funcionais de uma pessoa, consideradas como componentes essenciais de sua vida cotidiana. Representa perturbações no nível da própria pessoa.	Diz respeito aos prejuízos que a pessoa experimenta devido à sua deficiência e incapacidade. Representa a expressão social de uma deficiência ou incapacidade e como tal reflete a adaptação do indivíduo e a interação dele com o meio

Fonte: Amaral, 1994.

A autora sinaliza que nessa leitura a deficiência (dano ou anormalidade de estrutura ou função) e a incapacidade (restrição/perda de atividade) são tidas como deficiência primária e, assim, adquire um caráter descritivo e nos dá como exemplo: a ausência de globo ocular e, conseqüentemente o não ver. Em uma releitura, entendo que as tecnologias à disposição das PCD, hoje em dia, são armas potenciais para melhorar tal condição...

Contrariamente, o conceito de desvantagem representa a deficiência secundária devido aos fatores extrínsecos e “em especial a leitura social que é feita do binômio deficiência/incapacidade. Incluem-se portanto as significações dadas pelo grupo à diferença/deficiência, sejam essas significações prioritariamente de caráter mais intelectual, afetivo ou social” (Amaral, 1994, p. 13). Na mesma linha do exemplo



Relacionamentos amorosos: o antes, o durante... e o depois

anterior, entram neste entendimento o significado e as implicações da cegueira. Amaral, (1994, p. 14) ainda enfatiza “que a reação social e as eventuais formas de interação dependem tanto de características da deficiência primária (grau, tipo, visibilidade como de aspectos estruturais e conjunturais da sociedade”.

A história geral da deficiência é pródiga em exemplos que, de um lado, mostram às vezes com extrema crueldade a ação sofrida por PCD, por parte de segmentos sociais, incluindo as instituições ditas especiais. Sectária e destrutivamente, negam direitos, causando retrocessos que resultam de superstições e mitos tais que ainda considerando a diversidade cultural, mostram-se altamente questionáveis. No entanto, a mesma história também nos mostra que a inteligência, o bom senso, a solidariedade e a humanidade têm coexistido com a barbárie e o absurdo, resultando em importantes mudanças paradigmáticas.

Também é conveniente sinalizar o tratamento que receberam historicamente as pessoas com deficiência de acordo com a gravidade desta e a utilidade, ou não, que poderiam ter para a sociedade. Para aquelas que poderiam ser produtivas houve compreensão muito mais do que para os casos em que esta condição se apresentasse com maior gravidade. O chamado “peso social” ou mais incompreendido sem misericórdia.

A deficiência intelectual, exceto as formas mais severas originadas de patologias específicas, pode resultar de fatores socioeconômicos e culturais, de sua privação e das desigualdades por estes desencadeadas. Resulta, ainda, de fatores atribuídos por determinados segmentos (escolar, por exemplo) e instrumentos de avaliação que (ainda!) desconsideram a história peculiar de cada pessoa, individual e coletivamente.

Ancoradas em um cenário historicamente tradicional e patologizante das diferenças, as políticas públicas têm orientado a sua ação para situações concretas de discriminação e da garantia dos direitos de ESTAR (incluídos na escola, na sociedade e no trabalho), e



Capítulo 15 - Sexualidade, afetividade, deficiência e inclusão: novos...

preconizados por um aporte legal consubstancioso e pretensamente perfeito, na concepção ético-filosófica. Contraditoriamente, quando se trata de entender as manifestações sexuais de jovens com deficiências, aceitá-las, responder a estas reivindicações e orientar condutas de vida saudável e prazerosa, assiste-se a um Estado que age igualmente por omissão. Exemplo disto é a inexistência de uma educação sexual em meio escolar, comum ou especial ou a ausência de qualquer referência jurídica às especificidades desta manifestação. Estão em evidência aqui, questões relativas à vulnerabilidade que caracteriza essa população, notadamente aquelas pessoas com deficiência intelectual mais severa; e a decorrente vitimização, quer por violência, quer por abuso e, tão grave quanto, pela negação da sexualidade.

Confrontadas com a omissão estereotipada e preconceituosa e, ainda, veladamente assistencialista, reivindicações como: informações sobre o corpo, seu funcionamento e as mudanças que ocorrem em cada etapa do processo evolutivo; saúde preventiva; saúde reprodutiva; atendimento especializado por profissionais sensíveis às características de cada área ou aspecto das deficiências; a reprodução assistida ou o direito de visita em estabelecimento de saúde são frequentemente descartadas, ignoradas e designadas para instâncias outras, como pareceres de conselhos, associações médicas, associações de direitos, comissão de ética, entre outras. Na verdade, ignora-se ou esquece-se (diria propositadamente) a pessoa em questão, não obstante viver-se a era da inclusão... À pessoa com deficiência, neste caso, deficiência intelectual, é negado seu direito essencial: o direito à vida, o direito de SER.

Avaliar atitudes e riscos associados a determinados comportamentos sexuais; reconhecer a pluralidade de papéis e de atributos que cada um dos sexos pode desempenhar; aprender a (des) construir o apelativo discurso das mídias; estabelecer relações entre o corpo; compreender a anatomia e fisiologia da reprodução humana (ainda que em seus níveis mais básicos); conhecer diferentes métodos contraceptivos e poder fazer uso destes; reconhecer o direito a uma maternidade/paternidade livre e responsável; renunciar as formas



Relacionamentos amorosos: o antes, o durante... e o depois

violentas de expressão da sexualidade que promovam relações de dominação e exploração; por fim, promover a reflexão e o debate sobre assuntos relevantes do cotidiano que afetam a sexualidade e a educação em e para a sexualidade, são requisitos essenciais à garantia do ser e do estar.

A pessoa com deficiência intelectual, como todas as demais têm necessidade de expressar os seus sentimentos, desejos, atração, de uma forma própria, ao longo da vida e nas relações com os outros, forjando por meio dos papéis sexuais, uma identidade de gênero. Assim, faz-se necessário aprofundar o conhecimento sobre as necessidades percebidas e sentidas, as demandas explicitadas, a satisfação ou insatisfação das respostas institucionais, as percepções que as próprias pessoas com deficiência têm sobre sua situação. Essa responsabilidade é também nossa enquanto “[...] indivíduo/sociedade – produto e produtor da história [...] Sem esse pressuposto poderíamos correr o risco de ‘coisificar’ e ‘vitimizar’ o deficiente, perpetuando a idéia maniqueísta de força/fragilidade – cabendo à sociedade o primeiro termo e à PCD o segundo” (AMARAL, 1994, p.XIX).

O propósito fundamental dos movimentos educativos críticos, e aqui se inclui a cultura da diversidade é o de desenvolver teorias e práticas que contribuam para a consolidação da emancipação social, propiciando profundas reflexões. Assim, construindo, (des)desconstruindo, reconstruindo deve permanecer implícito o entendimento de que “[...] toda pessoa expressa uma tendência a ser perfeita, a educar-se, condições tais que fundamentam os princípios normativos de ordem moral e que são indispensáveis para o exercício de sua dignidade.” (DENARI, 2005, p. 278).

Grande parte de conflitos e problemas relatados por profissionais que trabalham em instituições para pessoas com deficiência parecem residir exatamente nesse conflito vivenciado por garotos e garotas institucionalizados (Denari, 2005; Bortolozzi Maia, 2006). Muitas vezes, a rotina a estes/estas destinada, requer a permanência em regime de semi-internado. Sem questionar os benefícios possivelmente advindos de tal regime, esta segregação isola os/as



Capítulo 15 - Sexualidade, afetividade, deficiência e inclusão: novos...

jovens da convivência com seus pares comuns. Não obstante, garotos e garotas querem viver o seu próprio mundo, seus sonhos, fantasias e ideais, formar seus valores com outros coetâneos com os quais se identificam; querem trocar ideias, afetos, abraçar, beijar e quase sempre esse direito lhes é negado, quer pela instituição, pela família, pela sociedade.

Portanto, há que, primeiramente, entender que a sexualidade não apenas diz respeito à genitalidade; mas também, é sinônimo de contato, ternura e afeto.

O mais usual é que as pessoas com deficiência intelectual não recebem qualquer informação desse tipo, porque a sexualidade lhes é proibida.

Em princípio, são tratadas como crianças (ou anjos), sem qualquer desejo sexual. Porém, quando esta se manifesta, especialmente a partir da adolescência, passam a ser imediatamente consideradas como pervertidas ou sexualmente obcecadas – feras! Na maioria dos casos, são mal orientadas e, certamente reprimidas (Denari, 1997). Igualmente, estão à mercê de (des) entendimentos, (des) conhecimentos, quase que uma espécie de esquecimento, por parte de pais, professores, sociedade em geral, no que reporta aos aspectos do desenvolvimento humano.

Em muitos casos, estas pessoas, devido a uma condição limitante, por vezes socialmente imposta ou por uma dada sociedade atribuída, deixam de receber informações seguras e confiáveis a respeito de como agir, como se expressar, como conviver adequadamente com as diferenças de sexo, gênero, entre outras. Isso ocorre por conta de as famílias se sentirem indecisas, desorientadas e não terem informações suficientes que lhes permita refletir e agir frente aos novos e inusitados fatos.

Em outros casos, é possível que ainda permaneça a esperança de que a falta de informação possa se confirmar como fator de impedimento e repressão da manifestação da sexualidade, do desejo



Relacionamentos amorosos: o antes, o durante... e o depois

sexual, do surgimento destas curiosidades e necessidades biológicas naturais e inatas.

Resulta daí, o agravamento de alguns hábitos infantilizantes, por parte de algumas famílias e professores, quer quanto ao trato, quer quanto à maneira de expor pessoas adultas, especialmente as PCD (leia-se deficiência intelectual mais severa).

Tais atitudes refletem negativamente na formação da personalidade destas pessoas, tornando-as ainda mais excluídas de seu meio social, do meio escolar e laboral. Isto, de um lado, aumenta ainda mais a dependência da família e da assistência social; de outro lado, confirmam-se decisões irrevogáveis, julgamentos errôneos, desqualificação e desconsideração de sua opinião. Em outras palavras, confirma-se um estado perene de alijamento, de não ser, de ser invisível. E educar passa pelos critérios de ensinar a fazer julgamentos, de ensinar a pensar, criando e avaliando diferentes perspectivas críticas em que o mais importante é o processo de pensar. PCD (intelectual) podem e devem PENSAR se a decisão final é ou não, a mais adequada.

Durante a última década, vimos desabrochar e fortalecer alguns movimentos no âmbito da Educação Especial (EE) alimentados, de um lado, por um conjunto de leis e decretos garantindo os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais no que reporta à vida em sociedade e todos os benefícios daí decorrentes.

Também se observa um movimento ainda tímido, mas que vem ganhando forças, no sentido do envolvimento destas, em organizações civis ou associações representativas. Sem dúvida, revestem-se de importância ímpar, especialmente quando dirigidas à garantia dos direitos e deveres das ações políticas propostas, já que as vozes das pessoas têm expressado suas necessidades, interesses, ilusões e sonhos, a partir da definição da educação e do trabalho de PCD que eles/elas mesmos/mesmas estão promovendo, defendendo e consolidando.

No entanto a informação quantitativa, por si só, não é capaz de proporcionar todos os elementos essenciais para captar a natureza



Capítulo 15 - Sexualidade, afetividade, deficiência e inclusão: novos...

das necessidades e demandas destas pessoas, notadamente aquelas tidas como PCD intelectual; e isto acontece independentemente da qualidade, confiabilidade e atualidade dos dados estatísticos disponíveis.

Assim, faz-se necessário aprofundar o conhecimento sobre as necessidades percebidas e sentidas, das demandas explicitadas, da satisfação ou insatisfação das respostas institucionais, das percepções, em resumo, que as próprias têm sobre sua situação, bem como tecer alguns comentários preliminares a respeito dos pressupostos que permeiam entendimentos sobre estas pessoas.

Em estudos mais recentes sobre sexualidade e deficiência temos encontrado respostas, por parte das PCD discutindo categorias reveladoras sobre si e as expectativas que sobre estas recaem.

A identidade se apresenta como o primeiro fator discutido: não se deseja mais permanecer infantilizado/a ou à margem das informações peculiares à modernidade. É preciso pensar no fenômeno da identidade indiscutivelmente correlacionado ao tempo e, quase por extensão, ao movimento. Neste sentido, a identidade é dinâmica, especialmente, transformável, atual e virtual, fenômeno permanente e transitório, manifesto e latente, assim, mesmo, dialeticamente (BAUMAN, 2005).

Temas candentes são propostos e discutidos por PCD, na linguagem que lhes é peculiar, cabendo ao pesquisador transformá-las em um código socialmente aceito que habilite tais pessoas a permanecerem incluídas na escola comum e ou no trabalho. Tenta-se, assim, garantir-lhes o direito de ser pessoa, cidadão/cidadã, com papel social a cumprir. Por sua vez, a responsabilidade é inerente ao novo status, em acordo com a nova função e fase desenvolvimental, podendo se converter em um mecanismo importante para auxiliar pais, professores e as pessoas, diante das dúvidas, questionamentos, resoluções e políticas de atendimento.

A análise destas condições recobre-se de fundamental importância ao se considerar a convergência de alguns fatos no contexto



Relacionamentos amorosos: o antes, o durante... e o depois

atual de mundo. Por um lado, as mudanças sociais produzidas nas últimas décadas, vêm promovendo a educação sexual como uma prioridade, tanto para o exercício de uma sexualidade prazerosa, como para a prevenção de gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs); condições tais que, por sua vez, vêm se convertendo em foco de preocupação para pais, jovens, profissionais de distintos campos. Este movimento resultou em uma nova forma de viver e interpretar as práticas sociais.

O trabalho impulsionado por um novo movimento feminino (por exemplo, mulheres chefes de família) que igualmente centrou seu interesse na liberdade de decisão sobre o próprio corpo e o exercício sexual das mulheres tem reivindicado a sexualidade feminina com formas de prazer próprias e específicas.

Por último, a ausência de informações que esclareçam estas necessidades entre as mulheres que, por diversas circunstâncias não entram na categoria de “normais”, como é o caso das pessoas, mulheres – meninas, adolescentes e adultas - em condição de deficiência intelectual.

Em nome de uma de uma pretensa homogeneidade (como se isto fora possível!) como justificativa para também pretensas formas especiais de atendimento, não percebemos que “(...) todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa de trabalho” (Heller, 1992, p. 59).

Mesmo que nestas primeiras décadas do século XXI, venha se consolidando, mundialmente, uma tendência em se incluir esta população em todas as esferas da vida cotidiana, em nosso país, os projetos destinados a tal finalidade têm se centrado, principalmente, em propiciar maiores opções e oportunidades educativas com vistas a atingir a inclusão escolar e laboral, menosprezando e ignorando o reconhecimento dos direitos afetivos, sexuais e reprodutivos. Em consequência, torna-se urgente pensar nas dificuldades de PCD (deficiência intelectual) para exercer estes direitos, assim como, as estratégias para superá-las.



Capítulo 15 - Sexualidade, afetividade, deficiência e inclusão: novos...

Na tentativa de apreender tais significados, vimos percorrendo trilhas que nos levam a sucessivas (re) interpretações do mundo e das experiências que ocorrem nos diferentes encontros formais (estudo e discussão de textos, filmes) e conversas informais de pesquisa, reveladoras de pessoas únicas – pesquisadora e jovens com deficiência intelectual, suas famílias e seus professores.

Assim, pareceu-nos que uma contribuição importante poderia se dar com base em compreensões sugeridas por Giorgi (1985), especialmente quando se tem por propósito captar um fenômeno enquanto este se dá: neste caso, desvelar entendimentos de jovens institucionalizados sobre aspectos da sexualidade e do processo de adolecer. A opção pela descrição compreensiva, a despeito da pouca tradição de seu uso nas pesquisas de cunho psicológico e educacional, em nossa realidade, deu-se em função de sua fecundidade para a construção de problemáticas novas (Denari, 2008). Com este entendimento, a análise e interpretação dos dados estão assentadas nos procedimentos metodológicos propostos por Giorgi (1985): transcrição e leitura dos fatos registrados (em fita magnética e no diário de campo); leitura completa, desta vez, com a finalidade de discriminar as unidades de significado (menor parte de um pensamento ou fala, cujo significado está permanentemente aliado às demais unidades); ordenação das unidades de significado, mantendo integralmente a linguagem expressa pelos participantes; transformação destas expressões em linguagem própria de relatos científicos, em uma síntese consistente com o fenômeno pesquisado.

Fundamentado no entendimento fenomenológico “[...] e que, portanto, opera com a categoria da intersubjetividade, privilegiando as situações de encontro” (Bernardes, 1989, p.58), o trabalho está sempre pautado por manifestações de afeto, de interesse, pela troca de experiências, pelo fornecimento de informações, por tomada de posições. Os encontros semanais com 60 minutos de duração, na própria escola, com grupos de adolescentes entre 12 e 17 anos, de ambos os sexos, vêm ocorrendo, em um clima de cordialidade, receptividade, permeado, às vezes por sutis desconfianças, exteriorização de medo,



Relacionamentos amorosos: o antes, o durante... e o depois

preconceito, polêmica. E para preservar a identidade dos participantes, os nomes aqui apresentados são fictícios.

As categorias reveladas ou conhecendo o que pensam os adolescentes:

1. Identidade

É preciso pensar no fenômeno da identidade indiscutivelmente correlacionado ao tempo e, quase por extensão, ao movimento. Neste sentido, a identidade é dinâmica, especialmente, transformável, atual e virtual, fenômeno permanente e transitório, manifesto e latente, assim, mesmo, dialeticamente (BAUMAN, 2005).

Assim, garotas e garotos expressam seu modo de ser, ou o que entendem por identidade:

Sou mulher, mas ainda sou criança, sou bonita (Fernanda, 12 anos)

Eu só sou grandona de corpo, mas novinha... Sou alegre, briguenta, não levo desaforo, é assim, que fala, né?(Annie, 13 anos)

Ah, não sei, acho que sou muito boboca, pois o povo vive fazendo gozação comigo, mas vou ser uma mulher mais esperta....(Aisla, 12 anos)

É claro que sou homem, um garotão, cheio de manhas e minas... (Maurício, 15 anos)

Eu sou um garoto bonito, corro na pista da Federal, vou na academia, faço judô, etc...ah, e danço legal...(Sergio, 16 anos)

Eu moro na fazenda, então sou meio boiadeiro, né, assim, com jeito vou cantando as menina e elas gostam do tipo... (César, 16 anos)

Pode-se perceber que mesmo a despeito de alguma discutível limitação intelectual, os/as adolescentes demonstram identificar-se e vivenciar as condições próprias de seu tempo, idade e cultura.

Quando à afetividade e sexualidade, presentes nas modificações sócio-comportamentais, assim se expressam:



Capítulo 15 - Sexualidade, afetividade, deficiência e inclusão: novos...

1. A garantia do SER pessoa

1.1 A criação se um território –

um espaço que tenha a nossa cara...(Gabriel, 14 anos)

1.2 Driblando a vigilância –

é muito fácil, é só pegar as manhas deles, assim a gente combina com os amigos e enquanto uns conversa com eles prá distrair, nós aproveitamos prá namorar, sabe como é, né (Ivo, 13 anos)

1.3 A responsabilidade –

a professora me acha assim, responsável, então ela deixa eu ir levar recado, buscar alguma coisa e aí a gente dá uma passadinha na sala do paquera (Rebeca, 14 anos)

1.4. Namoro e compromisso –

Sei não, namorar não sei se posso, eu estudo aqui, né, então, os menino se souber, vão abusar de mim (Priscila, 16 anos)

Eu namoro em casa, minha mãe fica de olho, ele tem moto, nós vamos ao Parque Ecológico de domingo, parece que do jeito que vai, vamos ficar junto...(Márcia, 15 anos).

Ih meu, sem essa de namorar, o negócio é pegar... (Pablo, 16 anos)

Eu não namoro sério ainda, também, tá difícil, se a gente fala onde estuda, nenhuma menina vai querer saber de nós, né? (Ian, 17 anos)

Eu tenho várias namoradas, mas só gosto mesmo, prá casar, da Márcia, porque ela ainda não deu prá ninguém, entender? (Marco, 17 anos)

Ficam claros aqui, alguns conceitos que permeiam a educação destes jovens e que estão atrelados à concepção social e cultural vigente em seu grupo. Questões como virgindade, homossexualismo, uso de preservativos são pouco abordadas quer na escola, quer no âmbito familiar, cristalizando preconceitos e entendimentos questionáveis.



Relacionamentos amorosos: o antes, o durante... e o depois

2. As regras da escola (ou ESTAR adolescendo)

Se eles pegam a gente na briga, conversando muito com a mina, põe de castigo, leva prá diretoria ou até prá psicóloga. Ai vem bronca na certa e os colegas ficam tirando sarro (Caio, 16 anos)

Se a escola quiser falar sobre essas coisas...eu deixo, mas em casa não falo, tenho vergonha, não fui criada assim...(Paula, mãe)

3. A liberdade concedida...

O professor fala com agente de igual prá igual, assim, parece que sem raiva, ele trata a gente com cuidado, conversa, quer saber de nossa vida, se a gente tá doente, se tá bom, se tá intencionando trabalhar, se tá paquerando, aí ele explica os cuidados que deve ter prá não ter doença, nem filho.... (Ivan, 15 anos)

Eu até dou liberdade e converso com eles sobre essas coisas de sexo, tem a tv mostrando, agora deixar sair da sala não pode senão vira bagunça... (profa. Haidée)

Ah, lá na oficina a Cecília (profa.) fala prá gente ter higiene, não dar moleza para os meninos, não se assanbar, mas quando tô perto do meu gato a coisa freve (ferve)...(Melissa, 17 anos)

Nossas pesquisas junto a adolescentes e mais recentemente, com adultos em condição de deficiência intelectual, abrigados em instituições têm nos mostrado uma realidade de capital importância e que prescinde de atenção. Temos trabalhado com algumas questões, dirigidas ao público anteriormente mencionado; via de regra, parecem nos conduzir a algumas trilhas que ora confirmam os entendimentos de senso comum, ora desvelam condições que demandam não só investimentos acadêmicos (pesquisas, produções, leituras), mas também, políticas próprias destinadas à garantia do direito de SER: Pessoa, cidadão/cidadã. Como, então, falar sobre sexo, sexualidade, amores e desamores, envolvimento, concepção e gravidez? À guisa de esclarecimentos, sem contudo pretender construir manuais a serem rigidamente seguidos, apresento algumas sugestões:



1. PCD (incluindo a intelectual) se interessa por sexo.

Como qualquer pessoa comum, em qualquer situação, seguindo o curso do desenvolvimento e com características de sua cultura. Assim, as conversas devem ser conduzidas em linguagem tal que seja de entendimento, usando termos conhecidos (ainda que alguns possam parecer estranhos). O importante é salientar que são as mesmas curiosidades, vontades, desejos e prazeres de uma pessoa comum.

2. A orientação sexual

Os programas (se existirem), ou as informações basilares de Orientação Sexual devem começar quando a criança ingressa na escola, devem estar adequados à linguagem expressiva e nível de atendimento das crianças nessa fase. Salienta-se o cuidado, questão ética que, igualmente deve se estender ao longo de sua escolarização, acompanhando o desenvolvimento físico do aluno e sua capacidade de compreensão.

3. Justificativas para esses programas

Estes programas devem ser encarados primeiramente como um processo de intervenção que favoreça a reflexão sobre a sexualidade, relacionamentos, envolvimento, funcionamento do corpo, diferenças entre garotas e garotos, bem como a saúde sexual e reprodutiva; contemplando não só as informações sobre aspectos biológicos, mas também procedendo aos esclarecimentos de dúvidas e questionamentos; discussão sobre sentimentos, valores, crenças, mitos, tabus e preconceitos.

4. Quem fala sobre sexo e sexualidade

Qualquer pessoa ou profissional que se sinta à vontade com o tema e disposto a buscar novos conhecimentos, como: teorias sobre o desenvolvimento da sexualidade na infância; o conhecimento de aspectos biológicos, psicoafetivos e socioculturais relacionados ao corpo; os conceitos sobre relações de gênero, a construção da autoestima, formação da identidade sexual; o conhecimento sobre os



Relacionamentos amorosos: o antes, o durante... e o depois

métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis dentre outros tantos aspectos.

5. A importância de desenvolver programas de orientação sexual

Deve-se então, ter em mente que, como todos nós, a PCD é um ser com emoções, desejos e capacidade de ter os mesmos impulsos e curiosidades sexuais que outras da mesma faixa etária. Tem anseios e dificuldades comuns a todas as pessoas e a mesma necessidade de desenvolver uma autoimagem e autoestima. O que normalmente acontece no dia-a-dia é, por não saber como lidar com a sexualidade ou por ter dificuldade em lidar com ela, a sociedade acaba por negá-la ou tentar excluí-la.

A sexualidade se expressa em vivências únicas e individuais; está associada a conceitos e imagens sobre o corpo que podem variar em diferentes culturas, épocas e lugares. Suas manifestações podem também, ser bastante diversificadas, em função do modo como estão estruturadas as relações entre homens e mulheres na vida em sociedade. Assim, a forma como os pais reagem frente às cenas de televisão, o tom de conversas relacionados ao que chamamos de sexo, os assuntos não discutidos, dentre tantas outras situações, contribuem para o aprendizado da sexualidade.

Muitas vezes, a pessoa com deficiência intelectual faz perguntas sobre assuntos que temos dificuldades em responder, sobre conceitos ligados à saúde reprodutiva como nascimento de animais, plantas e bebês. Se todas estas questões são respondidas com a mesma naturalidade e clareza, ela tende a aceitar a sexualidade de maneira natural e tranquila como um fato inerente e presente na vida. Assim sendo, deve-se tentar ser claro e objetivo ao responder uma questão, sem fazer rodeios, sem se valer de “achismos” ou sem aproveitar para dar uma “aula de sexo”. As seguintes condições são desejáveis:

- responda exatamente o que lhe foi perguntado.
- deixe claro para a pessoa que sua curiosidade é justificável e pertinente.



Capítulo 15 - Sexualidade, afetividade, deficiência e inclusão: novos...

- reforce a ideia de que isto é natural, que faz parte da responsabilidade pela saúde pessoal, do bem estar do corpo, do autocuidado e da necessidade de se “aprender” coisas que estão nos rodeando no dia-a-dia. Isto pode ajudá-la a aprender a compartilhar com os adultos suas dúvidas, medos e angústias.

6. Como ensinar?

Não se devem trazer respostas prontas e acabadas, mas incentivar a problematização, o levantamento de dúvidas e questionamentos, a orientação e a reflexão, a ampliação do leque de conhecimentos e de opções para que o aluno construa o seu conhecimento sobre sexo e escolha seu próprio caminho.

As práticas pedagógicas devem ser lúdicas e criativas para facilitar a participação do aluno, criar o interesse coletivo e possibilitar um clima de confiança que permita ao professor identificar, como as crianças e jovens agem e pensam e como se envolvem com as situações ligadas aos relacionamentos, afetos e sexualidade. Outros cuidados se fazem necessários, tais como: informar aos alunos o que sabe sobre o tema, pontuando que a ciência é sua aliada. Acolher a linguagem conhecida e utilizada pelos alunos apresentando, então, a linguagem científica a ser utilizada em sala de aula; criar um clima agradável para que alunos possam colocar suas dúvidas sem constrangimentos; esclarecer as dúvidas que possam surgir; incentivar seus alunos a falar sobre o que sentem e pensam, sem se exporem; desmistificar crenças, tabus e preconceitos que existem sobre os diferentes aspectos da sexualidade; provocar uma reflexão crítica sobre os valores de nossa sociedade, especialmente sobre as relações hierárquicas entre o sexo feminino e masculino; despertar a necessidade de que as relações entre as pessoas sejam igualitárias e solidárias.

É interessante divulgar as produções de materiais resultantes das atividades dos alunos para toda a comunidade, mostrando sua importância e utilidade a todos e, assim, obter sugestões e apoio da mesma. A compreensão dos pais sobre a importância desse programa pode abrir novas formas de comunicação e nova(s) parceria(s) entre a escola, a família e a comunidade.



Relacionamentos amorosos: o antes, o durante... e o depois

Indubitavelmente, as medidas anteriores constituem-se em ganhos importantes para a problemática das PCD (deficiência intelectual) e as fortalecem a ocupar-se de suas necessidades. Porém, há muito a ser feito, ainda, em relação à formulação de políticas públicas e de programas de atenção que as considerem, em sua diversidade, pois, com frequência, os projetos em curso, quer das instâncias governamentais, quer da sociedade civil, excluem grupos específicos, como é o caso destas pessoas. Em suma, parece-nos que, a estes olhos, estas não são representativas enquanto grupo que mereça consideração no que tange ao estabelecimento de critérios de atenção à saúde sexual, afetiva e reprodutiva. Esta situação, agravada pelos estereótipos que as assinalam como assexuadas, anjos ou feras, resulta no descompromisso com a qualidade de atenção e na cobertura de serviços, com claras violações aos seus direitos.

Faz-se urgente, pois, incentivar e divulgar produções envolvendo esta temática, bem como, de materiais resultantes das atividades dos alunos para toda a comunidade, mostrando sua importância e utilidade a todos e, assim, obter sugestões e apoio da mesma. A compreensão dos pais, da escola e da sociedade sobre a importância de programas preventivos pode abrir novas formas de comunicação e nova(s) parceria(s) entre estes segmentos, favorecendo a inclusão social de todas as pessoas, especialmente aquelas em condição de deficiência intelectual.

A expressão da sexualidade deve ser entendida como um processo amplo, natural, inerente ao ser humano e próprio de cada fase do desenvolvimento. Este entendimento poderá se converter em um mecanismo importante para auxiliar pais, professores e as pessoas, diante das dúvidas, questionamentos, resoluções e políticas de atendimento (Instituição versus Estado).

Deste entendimento, pode-se depreender que mesmo a despeito da existência de um arcabouço legal calcado em aspectos de modernidade (?) ainda nos mantemos atrelados a ideias conservadoras que nos fazem enxergar o mundo e as pessoas que nele estão, através de valoração determinada e transmitida por agentes culturais,



Capítulo 15 - Sexualidade, afetividade, deficiência e inclusão: novos...

familiares, religiosos, políticos, científicos, educacionais, entre outros. Esta valoração, por sua vez, influencia o nosso (“indivíduo/sociedade – produto e produtor da história” – Amaral, 1997) tratamento a pessoas diferentes, estranhas, ao outro.

Contraditoriamente, há que salientar que

“O discurso corrente ‘lembra’ e ‘sublinha’ a necessidade do reconhecimento da qualidade de cidadão do indivíduo com deficiência. A prática demonstra que o estado de cidadão – e portanto o exercício pleno da cidadania – não ocorre com frequência. Mas quais os empecilhos ou obstáculos que se interpõem entre a ‘qualidade’ e o ‘estado’ de cidadania” (AMARAL, 1995, p.188).

Alguns destes obstáculos são de caráter atitudinal, isto é, aqueles que dão corpo e forma à visão preconceituosa e estereotipada das PCD (deficiência mental), que implica na não integração destas nos diversos contextos da comunidade onde devem ser exercitados seus direitos e deveres enquanto cidadãos; e, ainda, no qual deve ser experienciada a sua realização pessoal; e, finalmente, comunidade esta onde se deve exercer a responsabilidade individual num contexto inter-individual, como classicamente nos ensinam Amaral (1995), Bianchetti (2004), por exemplo.

Nesta ótica, cabe salientar que na tentativa de combater estereótipos e mitos impeditivos de atitudes inclusivas, corremos o risco de fundamentar a construção de outros tantos, como nos lembra Omote (2004, p. 7):

“(1) todas as pessoas apresentam diferenças umas em relação a outras, fazendo crer que mesmo as mais graves patologias são apenas diferenças quaisquer; (2) a ocorrência de anomalias faz parte da vida normal das



Relacionamentos amorosos: o antes, o durante... e o depois

peças (“ser diferente é normal”); e (3) a convivência entre o deficiente e o não deficiente, com ênfase no ato de aprenderem juntos fazendo crer que o simples ato de estarem juntos é necessariamente bom para todos”.

Ora, convém ter claro que o teor destas afirmações não representa uma verdade absoluta, muito embora, tais afirmações deem sustentação à construção de alguns (novos ?) dogmas a respeito da inclusão. O autor nos alerta para o fato de que

“a visão romanesca de inclusão, que negligencia a realidade biológica de condições incapacitantes, pode representar um retrocesso na concepção acerca das deficiências (...) e que argumentos superficiais e até levianos de que se trata apenas de diferenças quaisquer podem contribuir para a institucionalização da normificação” (Omote, 2004, p. 7).

Frente ao exposto, impõe-se a urgente busca de outros referenciais cujos conteúdos não reforcem tão somente a (quase) perfeita retórica dos documentos oficiais, mas que por meio de propostas de ações e experiências cientificamente explicitadas possam contribuir para a obtenção de resultados mais profícuos e de saltos de qualidade no que reporta às condições de vida de PCD.

Os principais obstáculos para a vida independente e a igualdade plena não estão radicadas nas diferenças de competência ou capacidade das pessoas, mas sim, na existência ou não do entorno familiar e sociais solidários, dispostos a prestar os apoios necessários para satisfazer as necessidades de todos os membros da comunidade. Trata-se, sobretudo, de superar os velhos modelos segregadores ou superprotetores, que tão pouca utilidade têm demonstrado para ajudar PCD a levar uma vida independente ou próxima disto, a romper as barreiras físicas,



Capítulo 15 - Sexualidade, afetividade, deficiência e inclusão: novos...

psicológicas e sociais que impedem a participação plena e ativa na vida comunitária.

As barreiras físicas e de comunicação juntamente com as barreiras atitudinais ainda são os principais elementos impeditivos da vida independente com destaque para uma contradição que supõe, entre outros, a falta de acessibilidade aos edifícios públicos, as inadequações de projetos de ocupação do espaço urbano, a falta de sensibilidade social para estes problemas e o fato de que as disposições legais se chocam com desconhecimentos e desinteresses daqueles que podem e devem contribuir para a construção de um entorno acessível. Ante tais problemas, o coletivo se posiciona com firmeza e planeja a adoção de medidas de pressão para apoiar suas reivindicações. As barreiras sociais, em contraste, são responsáveis pelo rechaçamento das pnee/dm e uma certa visão pessimista, por parte destas próprias, como de seus familiares, frente as possibilidades de inclusão.

Desta forma, tecendo alguns comentários a guisa de fechamento sob a inspiração de Amaral (1997), tem-se que a diferença é, com frequência, imediatamente transformada em desigualdade. As pessoas desviantes/diferentes, em sua desigualdade, muitas vezes erroneamente confundida com diversidade, estão usualmente sujeitas a uma hierarquia de mando e obediência em relação á família, às instituições públicas e privadas, ao estado, à cultura. São comumente categorizados como inferiores, em sua relação às que não o são; as relações mistas entre desviantes/diferentes e os que não o são tendem, entre outras, a tomar a forma de dependência. O paternalismo e o clientelismo costumam ser a capa da violência simbólica no trato com essas pessoas e as leis específicas em relação a essa condição podem transformar-se em instrumento de repressão e opressão. Por fim, reconhecer como lícita e legítima, por parte das PCD, a busca do prazer e as curiosidades manifestas sobre a sexualidade, são condições que implicam em buscar e preservar uma postura ética que valorize a PESSOA em sua dimensão total.



Relacionamentos amorosos: o antes, o durante... e o depois

Referências

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: Corde: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

AMARAL, L. A. Intervenção “extra-muros”: resgatar e prevenir. Em: Becker, E. (Ed.) **Deficiência: alternativas de intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, pp.129-159.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERNARDES, N. M. G. **Crianças oprimidas: autonomia e submissão**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

BIANCHETTI, L. Trabalho, multiculturalismo, diversidade e (in)exclusão: uma longa história de um passado legado. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. A (orgs). **Temas em educação especial, avanços recentes**. São Carlos: EDUFSCar, 2004.

COLL, C., MARCHESI, A e PALACIOS, J.(orgs) **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: ARTMED, 2004, 2ª ed.

DENARI, F.E. **O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera**.1997. (Doutorado em Metodologia de Ensino). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1997.

DENARI, F. E. Sobre deficiência mental e sexualidade: (des)construindo um modo de ser. In: LEBEDEFF, T.B.; PEREIRA, I.L.S. (orgs). **Educação especial: olhares interdisciplinares**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.



Capítulo 15 - Sexualidade, afetividade, deficiência e inclusão: novos...

DENARI, F. E. O oitavo dia: Síndrome de Down e sexualidade: estereótipos, mitos e realidades. In: ASSUMPCÃO JUNIOR, F.; ALMEIDA, T. (Org.). **Sexualidade, cinema e deficiência**. São Paulo: LPM Editora, 2008. p.140-154.

GIORGI, A. **Phenomenology and psychological research**. Pittsburgh: Duquesne University Press, 1985.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

OMOTE, S. Inclusão: da intenção à realidade. In: OMOTE, S. (org). **Inclusão, intenção e realidade**. Marília: Fundepe Publicações, 2004.



